

A MORADIA DAS FAMÍLIAS POBRES EM UMA CIDADE MINERADORA

HOUSING FOR POOR FAMILIES IN A MINING TOWN

VIVIENDA PARA FAMILIAS POBRES EM UM PUEBLO MINERO

Pedro Paulo Telles Leao¹
Neide Maria Almeida Pinto²

Resumo

O presente artigo apresenta os dados parciais da pesquisa em desenvolvimento no mestrado em Economia Doméstica (Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa – UFV), que busca realizar uma reflexão dos impactos da mineração na dinâmica urbana do município. O estudo toma como base a realidade da cidade de Mariana, com delimitação do território da Vila Serrinha para realização da coleta de dados primários junto às famílias que se organizam na informalidade e precariedade do território estabelecido. Nesse contexto, busca-se neste artigo apresentar a realidade dessas famílias, suas trajetórias e processo de acesso à terra/moradia, compreendendo a ação das mineradoras em cidades brasileiras enquanto agente ativo no processo de urbanização e na formação dos loteamentos irregulares em contextos em que muitas famílias de baixa renda migram em busca de oportunidade de vida e de trabalho, e assim, reproduzem-se socialmente.

Palavras-chave: Famílias. Moradia. Mineração

Abstract

This article presents partial data from the research being developed in the master's degree in Home Economics (Department of Social Service at the Federal University of Viçosa – UFV), which seeks to reflect on the impacts of mining on the urban dynamics of the municipality. The study is based on the reality of the city of Mariana, with the delimitation of the territory of Vila Serrinha to collect primary data from families that organize themselves in the informality and precariousness of the established territory. In this context, this article seeks to present the reality of these families, their trajectories and process of access to land/housing, understanding the action of mining companies in Brazilian cities as an active agent in the urbanization process and in the formation of irregular subdivisions in contexts in which Many low-income families migrate in search of life and work opportunities, and thus reproduce socially.

Keywords: Families. Housing. Mining.

Resumen

Este artículo presenta datos parciales de la investigación que se desarrolla en la maestría en Economía del Hogar (Departamento de Servicio Social de la Universidad Federal de Viçosa – UFV), que busca reflexionar sobre los impactos de la minería en la dinámica urbana del municipio. El estudio se basa en la realidad de la ciudad de Mariana, con la delimitación del territorio de Vila Serrinha para recolectar datos primarios de familias que se organizan en la informalidad y precariedad del territorio establecido. En este contexto, este artículo busca presentar la realidad de estas familias, sus trayectorias y procesos de acceso a la tierra/vivienda, entendiendo la acción de las empresas mineras en las ciudades brasileñas como agente activo en el proceso de urbanización y

¹ Mestrando em Ecônomoia Doméstica pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica – Universidade Federal de Viçosa. Possui graduação (2016) em Serviço Social pela Faculdade Redentor. Assistente Social com atuação no Sistema Único de Assistência Social. E-mail: pedro.p.leao@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7282-690X>.

² Professora titular vinculada ao Depto de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, na Universidade Federal de Viçosa. Pós-Doutorado em Sociologia no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho em Portugal (2013). E-mail: nalmeida@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8713-5471>.

en la formación de subdivisiones irregulares. en contextos en los que muchas familias de bajos ingresos migran en busca de oportunidades de vida y trabajo, y así reproducirse socialmente.

Palabras clave: Familias. Vivienda. Minería.

INTRODUÇÃO

Desde os tempos da colonização, a mineração tem ditado os rumos da ocupação do território brasileiro e influenciado na dinâmica do espaço urbano. Daquela época, quando grande parte das riquezas foram apropriadas pela coroa portuguesa, o solo fértil e a grande riqueza mineral têm trazido impacto ao processo de construção do espaço urbano (Kageyama, 2008).

No caso de Minas Gerais, o Estado se constituiu a partir da atividade minerária com a gênese na atividade de mineração do ouro em Mariana, o qual influenciou de forma decisiva para o processo de urbanização da cidade, da região e do país. A atividade continua hegemônica sobre o território, hoje com a mineração do ferro (Bertollo, 2017), e diferentes expressões da questão social são intensificadas com a atividade, expressões essas que impactam o planejamento e execução de políticas sociais.

Como expressão dessas contradições, a riqueza gerada a partir da atividade minerária não é socialmente distribuída. Consequência desse processo, parcela significativa da população, privada do acesso à riqueza, se desloca para as periferias urbanas, onde se estabelecem novos territórios como forma de conseguir a manutenção da vida.

No Quadrilátero ferrífero, a região localizada no centro-sul do estado de Minas Gerais, onde localiza-se Mariana-MG, é marcado pela concentração da maior produção de minério de ferro do país, que é marcada pela expansão urbana, trazendo como consequência, o crescimento dos aglomerados urbanos informais nas cidades que compõem a região. Tais aglomerados estão presentes na capital mineira, cujas conformações dão lugar às favelas e ocupações irregulares, os quais se caracterizam pela ausência da posse formal da terra, fragilidades sociais, precariedades e conflitos de interesses (Moura *et al*, 2021).

É dentro deste escopo que essa pesquisa se estabelece, qual seja as condições de moradia em loteamentos irregulares em cidades marcadas pela mineração. Para tanto, o recorte da pesquisa é feito em Mariana, MG. no bairro de Vila Serrinha, território que se expande na informalidade e precariedade. O bairro se manifesta como expressão das desigualdades presentes em uma sociedade capitalista em que a mineração expressa seu

domínio e a segregação socioespacial³ se manifesta como um fenômeno. Essa conjuntura motivou a pesquisa a partir do mestrado em Economia Doméstica do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa – UFV, que segue apresentada parcialmente neste artigo.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CONTEXTO DAS CIDADES MINERADORAS

O processo de urbanização se difere pelo território brasileiro mediante a dinâmica das bases materiais das diferentes regiões, em sua diversidade, ou seja, do desenvolvimento do sistema técnico, infraestrutura, densidade populacional e de capital. A diversidade do território brasileiro é, portanto, expressão da interiorização da industrialização e urbanização, que se dá de maneira desigual nos diferentes níveis, estaduais e municipais, expressão da desigualdade nacional (Kageyama, 2008).

As mudanças no processo de produção capitalista, acarretadas a partir do desenvolvimento industrial, trouxeram uma nova lógica de organização do espaço urbano. Neste contexto, a relação da industrialização com a urbanização deu-se de uma maneira não linear, tendo o processo de urbanização moldes particulares, inerentes aos países compreendidos como subdesenvolvidos, aqueles historicamente marcados pela exploração, dominação e com constituição de uma sociedade capitalista dependente⁴. Assim, o processo de urbanização tem se dado em moldes periféricos, refletindo toda a dependência que marca a sociedade brasileira, diferindo dos países desenvolvidos os quais têm o processo de urbanização alinhado ao aprofundamento da produção capitalista (Castells, 1983).

Na urbanização em padrões de precariedade, marcantes no Brasil e cidades da América Latina, se aprofunda a pobreza fazendo com que a população das camadas empobrecidas seja privada do acesso ao consumo. A população é privada da cidadania, devido às precárias condições econômicas e restrições ambientais e urbanísticas. Nesse contexto, são privadas do

³ A segregação socioespacial é aqui compreendida como a dimensão espacial do processo de dominação e exclusão social, que faz segregar por aspectos econômicos, políticos, ideológicos, privando a população empobrecida de áreas, como bairros ou regiões valorizadas por meio de processos capitalistas, tendo que alocar em áreas que carece de regularização social e ambiental, serviços, infraestruturas e empregos, territórios que são marcados pela precariedade urbanística, mobilidade restrita e ausências (Vilaça, 2011; Maricato, 2000; Negri, 2008).

⁴ “Por capitalismo dependente consideramos o sistema econômico-político-social de organização da produção de um conjunto de países nos quais a inserção no capitalismo mundial – ou na divisão internacional do trabalho – se construiu e se desenvolve de forma complementar e subsidiária para as economias centrais ou avançadas e de forma dependente e subordinada para as economias nacionais desses países. À ideia de que os países da periferia capitalista são subdesenvolvidos, pré-capitalistas, atrasados, arcaicos, substitui-se pela que considera suas condições de dependência e suas relações de subordinação aos grandes centros do capitalismo avançado” (Meneghetti, 2008, p. 126).

acesso à moradia, pelo mercado e pelos programas públicos e assim buscam novas alternativas habitacionais e comumente se deslocam para as franjas periféricas que muito se diferem das áreas centrais da cidade, valorizadas e economicamente dinâmicas, em disputas (Martins, 2011). Ao analisar a produção do espaço urbano na sociedade do sul global, Caldeira (2017) aponta que aqui esse processo aconteceu dentro de moldes periféricos, com desdobramento lento, com forte papel dos moradores e atravessado por nexos políticos. Segundo ela, na urbanização periférica, a construção dos espaços pelos moradores acontece de maneira dinâmica, criativa e transformadora, porém, de forma mais segregada, desigual e distorcida quando comparada a outros espaços e grupos sociais.

O processo de urbanização nas cidades com atividades mineradoras, em contexto do capitalismo global, foco de estudo dessa pesquisa, intensifica o processo que coloca aquém os mais pobres, privados do acesso ao mercado imobiliário, como a grande massa de trabalhadores atraídos para a cidade em busca de oportunidade na mineração, processo que intensifica o crescimento da malha urbana e reconfigura o espaço urbano fragmentando a cidade. O desenvolvimento contemporâneo da mineração no contexto dos países extrativistas da América Latina é entendido por Milanez e Santos (2013) a partir do conceito de neoextrativismo, o qual está associado ao crescente crescimento econômico vinculado ao mercado internacional. Dentro de um contexto de cunho neoliberal, as ações do Estado se desenvolvem em termos da manutenção e estímulo à internacionalização da atividade, refletindo em privatizações de estatais, tal como aconteceu no Brasil com privatização da Vale S. A⁵. No enfrentamento às desigualdades advindas da atividade de mineração, o Estado assume papel alinhado à perspectiva rentista, clientelista e patrimonialista, nos limitados programas sociais e políticas de transferência de renda elaborados, a exemplo dos programas habitacionais, programas de transferência de renda e investimentos na educação implementados no Brasil.

Nessas cidades, os diferentes níveis da realidade social se submetem à lógicas do mercado mundial, que passa ditar os rumos dos processos locais, como o setor imobiliário, que

⁵ A multinacional Vale S.A. está entre as maiores mineradoras globais, privatizada na década de 1990, atrela-se ao mercado externo desde sua origem estatal quando criada na década de 40 - Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, inserida na divisão econômica internacional em um contexto de dependência capital externo, impulsionada pelos projetos de crescimento do país durante o período ditatorial. Com a privatização, a Vale S.A torna-se a principal empresa em que se concentra atividade de extração do minério de ferro que até 2016 apresentava crescimento na produção do minério de 276% comparado aos 26 anos passados e ações passaram a ser comercializadas na Bolsa de Valores de Nova York. Os números referentes ao lucro da Vale S.A contradiz os argumentos de uma empresa estatal deficitária colocados em sua privatização, processo inserido em um processo mais amplo, do capitalismo e reforma política neoliberal. Com a privatização a atividade extrativista é intensificada, inserida no mercado internacional submetido a flutuações das commodities (Melo; Cardoso, 2016).

passa a interagir com o sistema financeiro global, em busca da ampliação da acumulação de capital, sobretudo, pela absorção dos recursos que advém da atividade de mineração (Montemór, 2006); (Melo; Cardoso, 2016).

Nesse processo, o mercado imobiliário, como segmento capaz de captar os recursos que transbordam da acumulação advinda da exploração da mineração, se submete a lógicas especulativas, fazendo com que a terra intensifique seu valor de troca sobre seu valor de uso, impulsionando o crescimento da cidade em favor de uma parcela da população, que coopta o Estado direcionando suas ações. Nesse contexto, parcela da população, os mais pobres, privados das áreas valorizadas, e como forma de conseguir a reprodução social necessita buscar novas formas de organização, se deslocando para áreas segregadas.

Conforme aponta Magno (2015), a atividade de mineração, majoritariamente alinhada ao setor privado por meio de incentivos às empresas de extração mineral, que detém o monopólio da produção, acarreta problemas ambientais, sociais, políticos e econômicos (Magno, 2015). Essas questões que se localizam na conturbada relação entre capital e trabalho⁶, fazem com que a população empobrecida tenha que se reinventar para conseguir sua reprodução social.

Para fins da análise da questão fundiária e habitacional se faz necessário a análise sob a perspectiva dos marcos legais constituídos e colocados a encargos dos municípios, os quais foram autorizados legalmente a definirem e implementarem os instrumentos, como nos Planos Diretores⁷ que possibilitam a definição da função social da propriedade e controlar a especulação fundiária. No entanto, apesar dos Planos Diretores portarem de diretrizes para construção de uma política urbana como definida no Estatuto da Cidades, eles pouco alcançam em termos de efetividade e pouco atenderam às necessidades da população empobrecida. Para Cardoso e Silveira (2011) a política habitacional deve ser articulada às demais políticas setoriais sendo que os desafios dos Planos Diretores estão relacionados à pouca efetividade dos Conselhos das Cidades, à falta de integração das políticas, de movimentos locais, de envolvimento da Câmara Municipal, de equipe técnica nas Prefeituras, de acesso a informações, dentre outros.

⁶ “A contradição essencial entre capital e trabalho, que move todo o desenvolvimento das riquezas na sociabilidade capitalista – do período chamado de acumulação primitiva até os dias atuais – é a base mais simples sob a qual se ergue todo o edifício da produção e reprodução nessa sociedade. Pelo lado do trabalhador, sua reprodução física e espiritual está subsumida às limitadas circunstâncias de reprodução do capital. Apenas no momento em que este vende sua força de trabalho e recebe seu salário é que terá condições de se reproduzir enquanto indivíduo social e desenvolver suas potencialidades criativas. O capital, por sua vez, objetiva com a compra da força de trabalho, produzir mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga ao trabalhador e cuja venda realiza a mais-valia obtida gratuitamente” (Maranhão, 2008, p. 100).

⁷ “O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo e, sendo parte integrante o processo de planejamento municipal, suas diretrizes e prioridades deverão estar incorporadas ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual” (Nolasco, 2008, p. 111).

Neste contexto, o município é o principal ente responsável pela construção e execução da política urbana no âmbito local, construindo seus sistemas municipais, como os conselhos, organizando financeiramente a criação de fundos públicos, construindo documentos a exemplo dos planos habitacionais, programas e demais instrumentos. Pode, inclusive, ser instituído no plano diretor a cooperação com o setor privado, disciplinando a função social do solo que é o papel primordial do plano diretor (Nolasco, 2008). No entanto, a partir do poder adquirido com a municipalização relativo à responsabilidade com a questão habitacional, os municípios foram incapazes de romper com a lógica excludente que marca a história das cidades brasileiras. Ou seja, apesar dos mecanismos construídos, que podem ser incorporados pelos municípios e em especial àqueles relacionados aos Planos Diretores, este instrumento de poder tem dialogado apenas com parcela da população em benefício aos detentores da hegemonia política e da terra em detrimento das necessidades da população empobrecida. Essa não tem se constituído interesse dos governantes e dos atores inseridos no processo de embates político (Cardoso; Silveira, 2011).

Nesse contexto, o acesso à terra urbana através do mercado de terra como oportunidade para o acesso a moradia definitiva tem se colocado como um processo marcado por distorções e barreiras sociais. Neste mercado excludente, um segmento importante das famílias empobrecidas busca nos loteamentos irregulares ou ilegais a forma predominante de acesso à terra/moradia. Nessas circunstâncias, os sujeitos colocam-se como agentes ativos no processo de construção e acesso à moradia a partir do processo de autoconstrução. Assim, as moradias são construídas aos poucos (em diferentes etapas), ao longo do tempo, conforme disponibilidade de recursos.

De acordo com Caldeira (2017), esse processo é permeado por lógicas transversais que advêm do mercado capitalista, como trabalho formal, regularização estatal, planejamento, formalização e legalização. Inicialmente, as moradias são marcadas por precariedade e, com o passar do tempo se reconfiguram com melhorias e adequação as normas postas. Esse processo, no entanto, traz o encarecimento dessas áreas e a dificuldade das famílias empobrecidas de se manterem nesses territórios. E via de regra, grande parte delas acabam se deslocando para territórios mais baratos e precários em função da dificuldade econômica em se manterem nesses locais (Caldeira, 2017).

Assim, o padrão periférico de autoconstrução se institui como alternativa possível para a demanda de habitação entre os mais pobres. Segundo Maricato (1982), os trabalhadores imbricados em redes de solidariedade, como forma de sobrevivência, fazem uso do modelo arquitetônico disponível, em uma dinâmica de construção no território desvinculada do

orçamento público e carecendo de medidas do Estado. Este, por sua vez, não vê nesses territórios uma demanda econômica para consumo e a quem devem ser destinadas serviços e infraestruturas como habitação, saneamento, energia elétrica, educação e transporte. A autora compreende que este processo determinado pelas limitadas escolhas que têm os trabalhadores em função dos seus precários salários e é atravessado por fatores como acesso ao terreno, aquisição de materiais de construção, investimento da mão de obra, técnicas de construção e recursos financeiros investidos. De acordo com Woortmann (2018), o dinheiro investido na construção da moradia para a maioria advém do mercado informal de trabalho, sendo a moradia construída a partir de relações informais, com mão de obra da própria família, parentes, profissionais autônomos, buscando baixos custos. Nesse processo, as construções perduram por um longo tempo, conforme o recurso investido, aos finais de semana e feriados. Nesse contexto, a casa materializa a família, locus de interação entre seus membros e de reprodução da força de trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com intuito de compreender como migrantes com diferentes trajetórias e ocupações profissionais se inserem em um contexto de cidades mineradoras, tomou-se como referência empírica a cidade de Mariana, no bairro Serrinha, conforme já se justificou anteriormente. A Vila Serrinha está localizada nas “franjas urbanas”⁸ do território urbano de Mariana-MG, cidade cujos bairros se expandem espontaneamente, dentro de um contexto de informalidade e precariedade. A Vila Serrinha se constitui como um território em atual expansão e está localizado no final do território compreendido pelo conjunto de bairros Cabanas, Santa Clara, São José, Cartuxa e Santa Rita de Cássia, a “cidade alta” como popularmente são conhecidos.

A entrada no campo foi precedida de observação e identificação dos pontos chaves do território, que teve como ponto inicial as ruas principais de acesso a localidade, adentrando as ruas adjacentes e as localidades mais longínquas. A pesquisa foi realizada em dias e horários distintos, ao longo dos meses de julho, agosto e setembro de 2023.

Logo no início da coleta de dados, deparou-se com os primeiros desafios, como o quantitativo elevado de moradias sem famílias efetivamente residindo ou vazias. Nessas situações encontramos as moradias sem a presença do núcleo familiar nos momentos das abordagens. Além desses fatores, a recorrente manifestação de recusa de alguns moradores,

⁸ Utiliza-se o termo “franjas urbanas” ou “periféricas”, ao mencionar os territórios localizados nos limites periféricos da área urbana da cidade (áreas periurbanas).

as quais sempre vinham acompanhadas de expressões de medo ou receio, falta de interesse e de confiança na participação em participar da pesquisa. Isso, mesmo após serem devidamente orientados dos fundamentos e preceitos éticos da pesquisa.

Sendo assim, como forma de buscar a maior representatividade à população em estudo, tendo em vista a inexistência de listagem das moradias ou famílias existentes na localidade⁹, optou-se pela amostragem não probabilística, a partir do método de amostragem por julgamento/intencional. A partir desta escolha, buscou-se a maior variedade de entrevistados, dispersados nas diferentes áreas do território, até a sua saturação¹⁰. O método, conforme aponta Babbie (1999), proporciona a seleção da amostra de maneira baseada no conhecimento prévio da população e das metas da pesquisa, sendo caracterizado com menos dispêndios, quando não se há necessidade de representatividade exata da população em estudo. Como forma de suprir as lacunas do método, buscou-se somar ao método, o uso da observação participante, como forma de “mergulhar na totalidade do fenômeno sob estudo” (Babbie, 1999, p. 157).

A aplicação dos questionários foi realizada com 54 famílias/moradias, identificadas de maneira aleatória ao longo de toda extensão do território da Vila Serrinha. Nessas ocasiões, tivemos oportunidades de observar a dinâmica dos moradores, bem como estabelecer diálogo com os mesmos. No entanto, observou-se sempre um tom de desconfiança das famílias para com o pesquisador. Durante as abordagens às famílias para realização das entrevistas, em poucas delas fomos convidados para adentrarmos a residência. Assim, na maioria das vezes a entrevista foi realizada na parte externa das residências, nos quintais, varandas ou nas ruas à frente das moradias. Do montante dos questionários aplicados, quatro foram descartados, já que se constatou que em dois deles, não havia a assinatura do TCLE pelos entrevistados, e ao fato de que duas delas estarem residindo na moradia, que ainda se encontrava em construção.

No decorrer da coleta de dados, identificou-se atores-chaves¹¹ no território, o que possibilitou a ampliação da abrangência dos dados, e conseqüentemente, maior descrição das situações, a partir da realização dos questionários, feito de forma livre e exploratória com os sujeitos da pesquisa, público alvo do estudo e testemunhas privilegiadas do problema em estudo (Quivy *et al.*, 1995).

⁹ Buscou-se informações junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana.

¹⁰ Após repetir as idas nas ruas/localidades, agregadas por conglomerados, e ser persistido as frustradas abordagens às moradias/famílias considerando a abrangência de toda extensão territorial.

¹¹ Os atores chaves identificados consiste em moradores que demonstraram, no momento da entrevista, conhecimento acerca do processo histórico de constituição do território, manifestando relatos livres, com considerado protagonismo e sociabilidade comunitária.

A análise dos dados coletados foi realizada a partir da sistematização em determinados contextos e unidades de registro, que foram construídos conforme as variáveis e indicadores elencados previamente, com base nas interrogações e fundamentação teórica da pesquisa (Gomes, 1994). Os dados coletados foram sistematizados e analisados em tabelas e gráficos, processo descrito por Gil (2008) como de transformação dos dados brutos em dados e símbolos que possam ser tabulados. Nesse processo, considerou-se, assim como apontado pelo autor, três etapas, sendo elas: a redução, no qual se realizou a seleção, simplificação e transformação dos dados; a organização dos dados; e revisão e verificação dos dados para sua conclusão.

Buscou-se na análise dos dados desvendar o conteúdo para além do fenômeno manifestado, adotando como referência a dimensão histórica dos processos sociais que envolve o fenômeno de estudo, e assim, buscando interpretar a dinâmica totalizante da realidade (Gil, 2008).

A REALIDADE DAS MORADIAS E DAS FAMÍLIAS NA VILA SERRINHA

Os dados também apontaram que a realidade do grupo é perpassada por diferentes expressões da “questão social” em uma estrutura de sociedade desigual, vivenciando em Mariana o contexto da exploração associada a mineração, determina o local da classe trabalhadora nessa estrutura desigual de sociedade e como sabemos, essas famílias e indivíduos possuem determinada classe social, raça, gênero e território.

A primeira impressão ao adentrar na Vila Serrinha consiste na precariedade marcante das moradias e na ausência de infraestrutura, que muito destoam das áreas mais tradicionais da cidade. Conhecer o território é visualizar as desigualdades sócio espaciais em uma cidade marcada pelas riquezas advindas da atividade de mineração, que conforme já analisado por Melo e Cardoso (2016), no estudo da dinâmica urbana a partir da interação com a grande mineração da Amazonas, apesar da atividade extrativista conseguir atrair grandes capitais, os benefícios da atividade não são apropriados pelo território local, maneira que faz intensificar tais desigualdades, marca da estrutura periférica do países subdesenvolvidos.

As famílias na Vila Serrinha, em sua maioria, residiam em moradias próprias (86%) e percentuais bem menores constituíram-se daquelas que residiam em moradias cedida por terceiros (8%), ou em moradias alugadas (6%). O tempo das famílias nas moradias variou de 3 meses a 6 anos, com maior concentração das situações em que as famílias residiam na casa

por 3 ou 5 anos. Apurou-se também que as moradias alugadas possuíam um custo mensal que variava entre R\$ 200,00 a R\$ 300,00.

Dentre as famílias que residem em moradias próprias, 11% indicou que adquiriu o imóvel já pronto a partir de investimentos que variou entre R\$ 20.000,00 a R\$ 50.000,00. Já as famílias que indicaram ter construído a moradias, informaram que o investimento da construção variou entre R\$ 3.000,00 a R\$ 200.000,00, sendo que 32% indicou ter comprado o terreno e 68% ocuparam o terreno sem qualquer relação de compra ou troca. No caso da compra do terreno, o valor informado pelos entrevistados variou de R\$ 1.000,00 a R\$ 40.000,00.

No caso dos residentes em moradias alugadas, cedidas ou aquelas adquiridas por meio de compra ou troca, os mesmos não estiveram empenhados no processo de acesso à terra e edificação, pelo menos diretamente. Tais situações apontam que o acesso à moradia na localidade é gerido por relações e negócios informais. Nesse sentido, compreende-se que na economia capitalista a moradia torna-se objeto de consumo, para além de atender a necessidade de morada, processo em que muitas das vezes o papel de abrigar torna-se secundário e a moradia passa a ser concebida enquanto propriedade, seja por interesses financeiros ou pelo fetiche da casa própria que almeja pertencimento (Mello, 2012).

Na caracterização socioeconômica das cinquenta famílias participantes da pesquisa observou-se que elas representam um total de 138 indivíduos, dentre adultos¹², pessoas idosas¹³ e crianças e adolescentes¹⁴, representados por diferentes ciclos etários, geracionais e segundo o sexo correlacionados por eles.

A maioria dos indivíduos indicaram possuir escolaridade do ensino médio completo (34%) ou escolaridade do ensino fundamental incompleto (33%), enquanto uma parcela inferior indicou possuir nenhuma escolaridade, aqueles que indicaram ser analfabetos funcionais¹⁵ (3%), assim como os indivíduos com escolaridade do ensino superior, completo ou incompleto (somam 2%). No que se refere a cor/raça¹⁶ declarada pelos entrevistados, a maior declarou-se parda (40%), seguido dos que se declararam como pretos/negros (26%). Os que declararam brancos e de cor amarela constituíram-se os menores percentuais: 18% e 2% respectivamente.

A incidência de indivíduos por família está diretamente associada ao modelo que se configura as diferentes famílias. No que se refere aos arranjos familiares, a maior incidência se

¹² Indivíduos com idade entre 18 a 59 anos de idade.

¹³ Considera-se pessoa idosa os indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, conforme Estatuto da Pessoa Idosa.

¹⁴ Considera-se crianças os indivíduos com idade até 11 anos incompletos e adolescentes os indivíduos com idade entre 12 anos de idade a 17 anos incompleto, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹⁵ Indivíduos que apenas assinam o nome, sem condição de demais escrita ou leitura.

¹⁶ Ressalta-se que 14% dos entrevistados não declararam a sua cor/raça.

refere a família nuclear¹⁷ (36%), seguido pela família unitária¹⁸ (24%), monoparental¹⁹ (20%), e demais composição, como família díade nuclear²⁰ (12%), família extensa²¹ (6%) e família 'dança a dois'²² (2%). Em relação do tipo de família, quando correlacionado ao sexo dos chefes familiares, percebe-se uma distorção no que se refere as famílias unitárias e monoparentais. A família unitária, aquela que se configura pela composição de apenas um indivíduo, está associada à figura masculina, enquanto as famílias monoparentais apresentam um quantitativo superior daquelas que são chefiadas por mulheres. Na análise destas configurações, Azevedo (2010, p.583) considera que as famílias monoparentais se associam mais às mulheres, quando comparada àquelas chefiadas por homens. Para a autora, há uma tendência maior à pobreza associada a essas famílias, considerando que "independente do gênero, assumir sozinho a responsabilidade pela família significa não poder compartilhar responsabilidades e ônus com o cônjuge, o que, por sua vez, é um indicador de maior vulnerabilidade" (2010, p. 584).

Conforme considera Woortmann (2018), na maioria das vezes, a organização da casa acompanha a organização da família, comportando na maioria dos casos os integrantes da família, sendo que, adaptações podem ser realizadas nas moradias pelas famílias ao longo do tempo, como forma de abrigar devidamente a família. Essas adaptações também foram observadas na maioria das moradias das famílias estudadas que possuíam uma parcela de terreno demarcado para além da área construída da moradia: um espaço a ser utilizado como garagem, horta, ou apenas demarcada, e que futuramente poderia ser utilizada para ampliação da própria moradia. Tal como aponta Maricato (1982), na autoconstrução a casa cresce parceladamente.

No estudo em questão, o tempo de construção²³ inicial da moradia até ser habitada, era, em sua grande maioria, inferior a 6 meses, seguido pelas edificações que tiveram tempo de construção inicial de 1 a 2 anos. Poucas construções tiveram tempo de construção por período superior a 2 anos. No entanto, em contrapartida, as características precárias das moradias, como o piso cimentado, cobertura de telhas de amianto e ausência de revestimento nas paredes externas, indicam que a maioria das moradias carecem de acabamento. A necessidade premente de moradia impôs que as famílias adentrassem o imóvel antes do término da construção. Ou seja, a falta de acabamento traz a sensação de um estado

¹⁷ União de adultos com seus descendentes, pai mãe e filhos (Caniço *et al.*, 2010).

¹⁸ Pessoa que vive sozinho (Caniço *et al.*, 2010).

¹⁹ Um progenitor com seus descendentes (Caniço *et al.*, 2010).

²⁰ Relação conjugal sem filhos (Caniço *et al.*, 2010).

²¹ Coabitam ascendentes, descendentes e familiares colaterais (Caniço *et al.*, 2010).

²² Duas pessoas com laços familiares, sem relação conjugal (CANIÇO *et al.*, 2010).

²³ Desconsidera-se os moradores que residem em moradia cedida, alugada, ou que adquiriu a moradia por meio de compra ou troca, sem relação com a construção da mesma. Amostragem: 37 moradias.

permanente de construção, apesar já estarem sendo habitadas pelas famílias. Como já apresentado, na autoconstrução a edificação da moradia se prolonga no tempo, conforme os recursos da família.

Apesar das condições precarizadas, percebe-se que maior parte das famílias possui renda atrelada ao mercado formal de trabalho, indicando o diálogo das famílias com as oportunidades oriundas do mercado de trabalho na cidade. A principal origem da renda das famílias advém do mercado formal de trabalho: mais da metade das famílias encontram-se nessa condição (58%), seguido pelas famílias cujas rendas advém da seguridade social, seja por intermédio de estão atreladas ao acesso a benefício assistencial (12%) ou benefício previdenciário (10%), que somam 20%. As rendas também têm a origem relacionadas a condição de trabalho informal (18%), e por último, as famílias cujas rendas advém de ajuda e doações de terceiros (2%).

Mais da metade dos sujeitos da pesquisa informou diferentes localidades de origem, ao relatarem sua trajetória de migração e a chegada na Vila Serrinha. A maioria veio de fora da cidade de Mariana, seja com origem de outra cidade mineira ou Estado, somando 60%. Os Estados de origem desses entrevistados estão concentrados no Nordeste, e as cidades mineiras de origem das famílias, informada por eles, são diversas, com maior predominância das famílias que vieram de Piranga (12%), Belo Horizonte (8%), Ponte Nova (8%) e Guaraciaba (4%). O restante do grupo, correspondendo a 40% das famílias informou que era natural de Mariana: a maioria com origem na zona urbana do município (28%), enquanto uma parcela menor vinda da zona rural do município, de diferentes localidades²⁴.

Como apresentado, os dados indicam, portanto, que as famílias da Vila Serrinha são oriundas de diferentes localidades, seja aquelas que vieram da zona rural para a cidade, ou aquelas vindas de outros estados ou cidades mineiras, ou mesmo de outras regiões, como Região Metropolitana, Vale do Rio Doce, Zona da Mata, e até mesmo Norte de Minas.

Antes da migração para a Vila Serrinha, muitas famílias vivenciando esse processo migratório em outros bairros do município e em diferentes momentos históricos da organização da cidade. Mostra disso está associado ao tempo de residência relacionado pelas famílias em Mariana que variou de 4 meses a 40 anos. Sendo que a maior predominância está associada ao grupo dos indivíduos que residem na cidade por mais de 10 anos. Nesse sentido, considera-se que a maioria das famílias passou por outras vivências associadas a outros bairros e processos de reorganização associado ao município de Mariana, até o momento em que

²⁴ Os entrevistados que informaram origem da família ser de localidade da zona rural de Mariana, informaram diferentes localidades (distritos/córregos), como Águas Claras, Vagem, Mainart, Paraíso e Cachoeira do Brumado.

optaram por residir na Vila Serrinha.

Quando comparado com o tempo em que as famílias residem nas moradias, percebe-se que as famílias que residem há mais tempo na cidade são os que possuem maior tempo de residência na Vila Serrinha, indicando que as primeiras famílias que passaram a edificar e residir na localidade são aquelas que possui maiores referências de residência na cidade, e nesse processo, posteriormente, pelos moradores que chegaram em Mariana em datas mais recentes.

Para a maioria das famílias, a motivação para se mudarem para a Vila Serrinha esteve associada à carência de recurso financeiro da família, seja pela dificuldade em custear o aluguel atrelado à falta de condições de realizarem a manutenção básica do lar. Também houve falas que associaram motivações relacionadas ao trabalho, busca por independência econômica, pela proximidade com rede de apoio familiar e melhoria de qualidade de vida. Nesse sentido, percebe-se que as famílias sofreram, principalmente, com o custo habitacional da cidade, uma vez que este tem sua dinâmica muito impulsionada pelo mercado imobiliário. Em função disso, resolveram buscar outras alternativas de territórios na cidade – ocasião em que recorreram à Vila Serrinha.

Antes da conquista da casa própria, o aluguel comprometia grande parte da renda do grupo, influenciando na condição da família em suprir as suas necessidades básicas. Nesse sentido, conforme apresentado por Woortmann (2018), a moradia própria representa para as famílias a condição de estabilidade, sobretudo, em eventual situação de perda da condição de vender a força de trabalho.

Na Vila Serrinha, acessar ou frequentar determinados espaços, como de lazer e de serviços, requer a saída do território em direção aos demais bairros da “cidade alta” ou para as áreas centrais da cidade. Ao longo do território observou-se a inexistência de espaços para lazer das crianças e, em função disso, elas buscam áreas ao entorno das moradias ou nas ruas em frente às casas que, no entanto, não oferecem opções lúdicas para elas. O único ponto de encontro dos moradores, observado ao longo dos dias de coleta de dados, são dois pequenos bares existentes na localidade, no qual um deles se localiza na varanda de uma moradia de seu proprietário. Também não foi identificado na localidade espaços para atividades lúdicas ou esportivas coletivas como praças, ou campos de futebol. Essa ausência redundante em ruas, em sua maioria, esvaziadas. A sociabilidade é somente observada nos bares (como já

mencionado) e nesse caso ela é quase exclusivamente masculina, ou em ocasiões em que alguns deles estão empenhados na execução das construções das suas moradias²⁵.

A maioria das famílias (56% delas), indicou não possuir carro ou moto para sua locomoção, sendo o transporte público o principal meio de transporte utilizado por elas. O sistema de transporte aparece como principal fator para o tripé casa própria, loteamento periférico e autoconstrução, pois possibilita a expansão da cidade para áreas periféricas (BONDUKI, 1998). Nesse sentido, Brandt (2022) corrobora ao discorrer sobre o uso do transporte público para mobilidade urbana. Para a autora, o uso está atrelado ao consumo de mercadorias, atendimento às necessidades humanas e circulação para o trabalho, sendo assim, alinhado à lógica do mercado. O autor vai ao encontro dos apontamentos feitos na pesquisa de Flávio Vilaça (2011), sobre a segregação sócio espacial no contexto do município de São Paulo. Segundo ele, este fenômeno é a maior manifestação espacial-urbana da desigualdade, onde o sistema de transporte é um dos elementos mais importantes da estrutura urbana, influenciando na produção do espaço urbano e no controle do tempo dos sujeitos, sobretudo, da população empobrecida em áreas segregadas.

Apesar das diferenças de contextos urbanos, esse indicador da segregação sócio espacial também é observado no Vila Serrinha. Ressalta-se que, desde 2021, Mariana se beneficia do Programa Tarifa Zero, onde o poder executivo por meio de subvenção financeira à empresa prestadora do serviço elimina a cobrança de tarifas. Apesar da gratuidade, os moradores da Vila Serrinha vivenciam outro desafio, o de chegar até o ponto de ônibus mais próximo, já que Vila Serrinha não conta com nenhuma linha do transporte público, ficando o ponto mais próximo a uma distância que pode chegar a 30 minutos de caminhada, dependendo do ponto de partida.

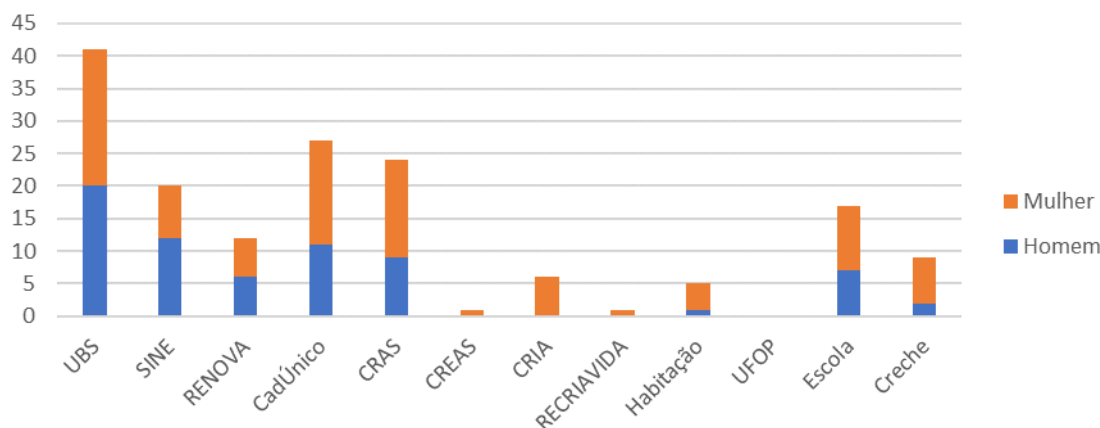
Quando questionados acerca dos serviços e/ou programas acessados pelas famílias, considerando desde políticas públicas de Assistência Social, Educação, Habitacional, Saúde, Trabalho e mesmo privados, como o caso da Fundação Renova. Sobre isso, apenas 4 famílias informaram não acessar qualquer desses equipamentos ou serviço. A maior vinculação das famílias esteve relacionada à área da saúde, através da Unidade Básica de Saúde – UBS, porta de entrada para a política de saúde, equipamento que possui referência territorial nos diferentes territórios da cidade, e dentre eles, a UBS Cabanas, que é responsável pelos atendimentos às famílias com residência nos diferentes bairros que compõe a “cidade alta”, e assim, o território da Vila Serrinha.

²⁵ Algumas falas dos entrevistados apontam que essas atividades reúnem frequentemente familiares e vizinhos. Observa-se o envolvimento de todo o núcleo familiar no empenho da construção das moradias, incluindo mulheres e até mesmo filhos adolescentes.

No âmbito da política de Assistência Social, a maior parte das famílias possuem vinculação ao Cadastro Único do governo federal, porta de entrada para os serviços, programas e benefícios sócio assistenciais, como também no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, que em sua referência territorial, que constitui a “cidade alta”, inclui-se a Vila Serrinha. Um quantitativo inferior de entrevistados informou possuir acesso a outros serviços da Assistência Social, como CREAS, CRIA e RECRIAVIDA. Observou-se que todos os que acessam a esses serviços eram mulheres. Na área da educação a maior vinculação esteve relacionada à escola, seguido pela creche. Nenhuma vinculação de acesso foi informada em relação ao ensino superior, como a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, que possui polo em Mariana.

No acesso a estes equipamentos e/ou serviços públicos percebe-se que as mulheres ocupam um local de destaque, conforme evidencia o Quadro 1, abaixo. Esse protagonismo vai ao encontro ao entendimento da responsabilização das exceções da “questão social” que é atribuída às mulheres, que na sociedade patriarcal lhe são atribuídas o papel do cuidado e bem-estar da família e da sociedade em extensão. Nesse contexto, cabe a elas o papel de reprodução social, sendo que esse processo ditará os papéis e as profissões ditas “das mulheres” (Cisne, 2008). Nesta vinculação dos entrevistados aos equipamentos e serviços municipais, percebe-se que os homens se associam, principalmente, ao SINE e ao RENOVA, os quais estão mais relacionados ao mercado de trabalho a partir do acesso ao Sistema Nacional de Empregos – SINE. No caso do SINE, esse sistema é tido como uma ferramenta essencial para acesso ao mercado formal de trabalho, sobretudo, no mercado ligado a mineração. Já no caso da Fundação Renova, criada em 2016 após Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, a instituição está relacionada à “reparação” do crime cometido pelo mercado extrativista em Mariana. A maior vinculação masculina aos dois equipamentos expõe o aspecto das desigualdades de gênero relacionadas ao dado na medida em que desvela o fato de que, quando o assunto é dinheiro ou acesso ao trabalho, os homens assumem o papel central nessas áreas. Ou seja, numa sociedade com heranças patriarcais, os homens são percebidos como os principais responsáveis pelas finanças familiares sendo este um resultado de normas culturais e sociais que historicamente atribuíram aos homens o papel de provedores. Por outro lado, essas expectativas de gênero muitas vezes se refletem em diferentes oportunidades de emprego, salários e acesso a recursos e, portanto, em desigualdade de gênero.

Gráfico 1: Vinculação das famílias com a rede institucional de serviços e equipamentos públicos e privados, conforme sexo dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, com dados da pesquisa – 2023.

Metade das famílias informou ter tido acesso negado a (pelo menos uma) alguma política pública nos últimos 5 anos a principal delas, a política habitacional (54%), quando as famílias buscaram o acesso a materiais de construção, aluguel social ou moradia de interesse social. A busca pela Assistência Social teve a segunda maior incidência, dentre as políticas demandadas pelas famílias, que tiveram o acesso negado. Nos seus relatos, as demandas negadas estiveram associadas aos Programas Bolsa Família, Programa municipal de geração de renda, inclusão no mercado de trabalho e benefício eventual da cesta básica. Nesse contexto observa-se que apesar de estarem em situação de baixa renda, várias situações podem estar vinculadas e justificarem este não acesso. Situações que podem variar desde aspectos que envolvem a complexidade do processo de solicitação e/ou exigências de documentações específica, alterações nas políticas sociais, dentre outras. No entanto, faz-se mister compreender os motivos por trás do acesso negado à assistência social para informar melhorias nas políticas e práticas, visando tornar os programas mais inclusivos e eficazes.

A infraestrutura também emergiu dentre a relação das políticas que as famílias tiveram negativa ao tentar o acesso. Essas estiveram associadas, principalmente, à busca pela pavimentação e disponibilidade de energia elétrica na localidade. Sobre esse aspecto, Farage (2014) aponta que somente com organização e luta dos trabalhadores se faz possível a garantia de conquistas reais, caminho para a construção de um projeto societário que se fundamenta no aprofundamento da democracia e socialização de riqueza. A despeito disso, observou-se que essas demandas foram feitas de forma isolada, não agregando toda a população da Vila Serrinha. Conforme os dados apontaram, nenhum indivíduo informou

participar de movimento social, sindical ou de organização coletiva/comunitária; tampouco foi encontrada alguma forma de organização política entre os moradores da Vila Serrinha, indicando a inexistência de movimento coletivo em busca da garantia do direito à cidade e moradia.

CONCLUSÃO

Historicamente, o processo de urbanização brasileiro tem se manifestado de maneira excludente, reflexo da dependência em que o país se insere, a qual perpassa a maioria dos países da América Latina. Neste contexto, os países são constituídos à base da dependência e industrialização tardia, acarretando sequelas para a formação dos países, que se constituem de maneira subordinada as regras e nexos dos países desenvolvidos, passando a ter um processo de urbanização em moldes periféricos.

O desenvolvimento territorial brasileiro acontece de maneira alinhada ao desenvolvimento dos nexos econômicos, cujo território é construído e reconstruído de maneira desigual assim como a riqueza produzida que se distribui desigualmente. A segregação é, pois, expressão dessas desigualdades, realidade que configura as limitadas possibilidades de reprodução de vida da população empobrecida, privada da apropriação da riqueza socialmente produzida e do acesso à cidade.

Na produção do espaço nas cidades com atividade produtiva na mineração estabelece-se o fluxo migratório de famílias atraídas pelas oportunidades de trabalho e de vida geradas pelo setor. Neste contexto, uma parte, se instala em bairros irregulares na expectativa de melhores oportunidades, em um contexto que a riqueza gerada da mineração não é socialmente distribuída, gerando no seu rastro territórios de exclusão e de precariedade.

Como tendência desse processo de urbanização, estabelece-se na construção do espaço, lógicas rentistas e em benefício do setor privado, tendo como uma de suas consequências o deslocamento da população mais empobrecida para territórios precarizados em termos de serviços e infraestrutura, assim como vivenciam as famílias residentes na Vila Serrinha.

A realidade das famílias estudadas, suas trajetórias e processo de acesso à terra/moradia, estão associadas ao processo migratório da cidade de Mariana, sobretudo, a partir de seu contexto de urbanização em que as mineradoras se colocam como agentes ativo. Como parte deste processo de urbanização segregadora, as atividades mineradoras no município trouxeram o aumento da demanda por propriedades nas áreas centrais das cidades,

impulsionando os investimentos imobiliários e a maior especulação nessas áreas. Nesse contexto, o aumento dos preços dos imóveis, aluguéis e custos de vida nestas áreas exercem pressão sobre os moradores de baixa renda que passam a buscar áreas mais distantes da cidade, como alternativas de vida e de moradia. Como observado no estudo, o deslocamento das famílias para o loteamento irregular da Vila Serrinha, mesmo com toda precariedade de serviços e infraestruturas associados ao bairro representa novas oportunidades de vida e trabalho que passam a ser vivenciadas nesse território.

A pobreza vivenciada pelas famílias é compreendida para além da renda, mas como manifestação da questão social, em que os indivíduos passam a vivenciar diferentes carências e privações características da sociedade capitalista contemporânea, como dominação e subalternidade, desigualdades e descarte da mão de obra barata (Yazbek, 2012). Esse processo atinge principalmente as mulheres, indivíduos com pouca ou nenhuma escolaridade, negros ou pardos, conforme apontado nas análises dos dados referentes às famílias da localidade.

O estudo também apontou que as demandas pelas melhorias na infraestrutura do bairro e das moradias têm sido feitas de forma isolada, não agregando de forma coletiva a população. Tal perspectiva pode indicar desafios na mobilização e coordenação. Os dados reforçam a importância da organização e luta dos trabalhadores para garantir conquistas reais, visando a construção de um projeto societário fundamentado no aprofundamento da democracia e socialização da riqueza. Para tanto, entender o contexto específico da Vila Serrinha é crucial para abordar essas questões de forma eficaz. Nesse sentido, considerar as características socioeconômicas, culturais e políticas locais pode oferecer insights sobre os desafios e oportunidades para a essa mobilização comunitária.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 576-590, set. 2010.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG**. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura moderna, lei do inquilino e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: 1998.

BRANDT, Daniele Batista. Transporte, mobilidade urbana e Serviço Social: quando o urbano extrapola a política urbana. *In: Produção do espaço, vida cotidiana e Serviço Social*: Diálogos com e além de Henri Lefebvre. Uberlândia/MG: Navegando Publicações, p.71-96, 2022.

CALDEIRA, T. P. R. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. **Environment and Planning D: Society and Space**, v.35, n.1, p.3-20, 2017.

CANIÇO, Hernâni. BARRADA, Pedro. RODRÍGUEZ, Esther. CARVALHO, Armando. **Novos tipos de família, plano de cuidados**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

CARDOSO, Adalto Lucio. SILVEIRA, Maria Cristina Bley da. O plano diretor e a política de habitação. *In: Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade*: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

CASTELLS, Manuel. O processo histórico de urbanização. *In: A questão urbana*. Manuel Castells. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

CISNE, Mirla. RUSSO, Gláucia. BRETTAS, Tatiana. Questão Social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 129-159, 2008.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. *In: Movimentos Sociais e Serviço Social, uma relação necessária*. Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto (Org.). São Paulo: Cortez, 2014. GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In: Pesquisa Social*: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

KAGEYAMA, Ângela A. Desenvolvimento territorial do Brasil: aspectos históricos. *In: KAGEYAMA, Ângela A. Desenvolvimento rural*: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS Editora. 85-116p. 2008.

MAGNO, Lucas. Ordenamento territorial da mineração no Brasil e conflitos ambientais. **Geografias Artigos Científicos**, Belo Horizonte, Jan-Jun. Vol. 11, nº 1., 2015.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. *In: O mito da Assistência Social*: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. Ana Elizabete Mota (Org.). 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. *In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. Ermínia Maricato (Org.). 2. Ed. São Paulo: Alta-Omega, 1982.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo Em Perspectiva**, 14(4), 2000.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. **Estudos Avançados**, 25 (71), 2011.

MELLO, Irene de Queiroz e. Direito à moradia x direito de propriedade. In: **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Luciana Corrêa do Lago (Org.). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012.

MELO, Ana Carolina Campos de; CARDOSO, Ana Claudia Duarte. O papel da grande mineração e sua integração com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazonia. **Nova Economia**. v. 26., n. especial, p. 1211-1243, 2016.

MENEGHETTI, Gustavo. A questão social no capitalismo dependente. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, 2008.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **R. Pós Ci. Soc.**, v.10, n.19, jan/jun. 2013.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo** / Roberto Luís Monte-Mór. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

MOURA, A.C.M.; Zyngier, C.M.; Sena, Í.S.; Freitas, V.T. Geodesign Experiments in Areas of Social Vulnerability in the Iron Quadrangle, Minas Gerais, Brazil. **Land** 2021, 10, 958.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Direito fundamental à moradia**. São Paulo: Editora Pillares, 2008.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. (tradução: João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho), 4. Ed. Lisboa: Gradiva, 1995.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, 25 (71), 2011.

WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. **Anuário Antropológico**, 5(1), 119–150, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6139> . Acesso em: 10. dez. 2023.